



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
GABINETE DO SECRETÁRIO**

**EM Nº 371/2021**

Florianópolis, 29 de dezembro de 2021.

Senhor Governador do Estado,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de decreto contendo a Alteração 4.398 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

2. A Alteração 4.398 visa a excluir a possibilidade de concessão dos regimes especiais previstos no art. 17 do Anexo 3 a optantes do Simples Nacional. Tal alteração vai ao encontro do objetivo de limitar a concessão de novos benefícios a microempresas e empresas de pequeno porte, considerando que estas já dispõem de tratamento privilegiado na legislação tributária.

3. Além disso, o art. 17 estabelece a possibilidade de atribuição da condição de substituto tributário por meio de regime especial concedido pelo titular da Diretoria de Administração Tributária. Entretanto, a aplicação de tal medida a optantes do Simples Nacional dificultaria a cobrança do crédito tributário, tendo em vista que tais empresas dispõem de menor envergadura econômica, além de possuir obrigações acessórias próprias, dificultando a fiscalização e a própria recuperabilidade do tributo.

4. A cláusula de vigência prevê a produção de efeitos a partir da publicação do decreto.

Respeitosamente,

**PAULO ELI**  
Secretário de Estado da Fazenda

Excelentíssimo Senhor  
**CARLOS MOISÉS DA SILVA**  
Governador do Estado  
Florianópolis/SC

**ANEXO ÚNICO**  
**COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO**

<b>REDAÇÃO ATUAL</b> <b>RICMS, ANEXO 3, TÍTULO II, CAPÍTULO II,</b> <b>SEÇÃO III</b>	<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b> <b>ALTERAÇÃO 4.398</b>	<b>EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS</b> <b>JUSTIFICATIVA</b>
Art. 17. .... ..... § 15 .....	Art. 17. .... ..... § 16. Os regimes especiais previstos neste artigo não se aplicam aos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar federal nº 123, de 2006.	A Alteração 4.398 visa a excluir a possibilidade de concessão dos regimes especiais previstos no art. 17 do Anexo 3 a optantes do Simples Nacional. Tal alteração vai ao encontro do objetivo de limitar a concessão de novos benefícios a microempresas e empresas de pequeno porte, considerando que estas já dispõem de tratamento privilegiado na legislação tributária.  Além disso, o art. 17 estabelece a possibilidade de atribuição da condição de substituto tributário por meio de regime especial concedido pelo titular da Diretoria de Administração Tributária. Entretanto, a aplicação de tal medida a optantes do Simples Nacional dificultaria a cobrança do crédito tributário, tendo em vista que tais empresas dispõem de menor envergadura econômica, além de possuir obrigações acessórias próprias, dificultando a fiscalização e a própria recuperabilidade do tributo.
<b>CLÁUSULA DE VIGÊNCIA</b>	<b>REDAÇÃO PROPOSTA</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
	Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.	Cláusula de vigência estabelecendo a produção de efeitos a partir da publicação.